

**Intervenção do Deputado
José Manuel Bolieiro
Debate Plano e Orçamento/07.**

**Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo**

"Narra mihi factum, narrabo tibi jus"

Chegados que estamos a este tempo, assaltou-me ao pensamento este velho e significativo aforismo jurídico.

Na verdade, debater e avaliar o Plano e Orçamento Regional para 2007 impõe um contexto. O seu próprio contexto.

O Partido Socialista governa os Açores há dez anos. Uma década de Poder.

É tempo para um balanço mais do que conjuntural. É razoável avaliar estratégias e resultados.

Também faz parte do contexto deste Plano e Orçamento, um novo enquadramento dos instrumentos e meios financeiros do lado da receita. Por sinal, e na esfera das melhores expectativas, teremos mais uma vez muitos milhões à disposição.

Não há, por isso, desculpas. Houve muito dinheiro até agora e não vai faltar para 2007.

Mas, ...pergunta-se: os resultados até agora alcançados são compatíveis com os bons níveis de eficiência nos processos da economia pública?

Isto é, a economia pública gerada directamente dos orçamentos e planos ou dos outros investimentos de "temática pública" tiveram sucesso real na criação de riqueza e competitividade?

Infelizmente, a resposta objectiva e fundamentada nos números e nos estudos insuspeitos de personalidades independentes é negativa. Perdemos a oportunidade, tempo e dinheiro.

Dez anos de governação socialista e de um modelo de desenvolvimento esgotado, revelam-se agora como uma oportunidade perdida. Continuamos longe do desejado movimento contínuo e acelerado de convergência com a União Europeia. No entanto somos a região ultraperiférica da Europa que mais dinheiro recebeu.

O aforismo jurídico acima citado, significa, apropriadamente, o seguinte: "Diz-me o facto, que eu te direi o teu direito".

E os factos são esses, muito dinheiro gasto ao longo de dez anos – cada orçamento foi o maior de sempre - mas os resultados do nosso progresso sintetizam-se nestas reveladoras e recentes expressões do Professor Augusto Mateus, ex.-Ministro da Economia do Governo do Eng.º Guterres, e passo a citar: "No capítulo da coesão económica, a Região manifesta carências significativas ao nível da sua capacidade de geração de riqueza (...)" "No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferiores à média nacional"

Em relação ao número médio de anos de escolaridade, os açorianos detêm, em média, menos um ano de escolaridade do que o conjunto nacional.

O balanço de dez anos de governo socialista demonstra, afinal, incapacidade de mudar o paradigma do desenvolvimento dos Açores.

E também em nome da ilha de São Miguel reclamo.

São Miguel o principal motor do desenvolvimento açoriano foi desvalorizado. E não pode continuar a conformar-se com a falta de apostas estratégicas da economia pública na sua própria economia.

Impõe-se que a economia privada de S. Miguel conte, estrategicamente, com o devido estímulo da economia pública, com padrões de qualidade e a quantidade que potenciem em pleno a sinergia da sua conjugação.

Basta! É urgente pôr em prática uma estratégia que garanta processos de desempenho competitivo na economia de S. Miguel, com recurso a indicadores de eficiência e eficácia. É aliás este, entre outros, o moderno conceito do desenvolvimento, o da competitividade.

O já velho PS da “nova autonomia” afinal, chegado ao poder, optou pelo “desviacionismo”, da nomenclatura comunista. Desistiu das suas promessas e de um novo modelo de desenvolvimento, que tanto reclamou, mas que não praticou.

“(…) O Governo que não é capaz de fazer-se valer, que choca com o novo saber ou que se apoia em experiências superadas não está em consonância com o dever de aprender, que a sociedade do conhecimento elevou à categoria de máximo imperativo categórico” Citei Daniel Innerarity. É, afinal, esta falta de consonância que este Governo revela.

Não somos competitivos face à comparação com as taxas médias de desenvolvimento da Madeira, nem com as taxas médias nacionais. Estamos longe de acelerar na convergência com a União Europeia.

Mas S. Miguel e os micalenses têm muito capital de queixa, e não podem calar-se eternamente perante a incapacidade estratégica destes governos.

Somos a maior ilha. Temos massa crítica. Representamos 54.5% da população da Região. Entre 1991 e 2001, crescemos 4,5%.

Somos a maior economia. Em geral, o volume de vendas em S. Miguel corresponderá a cerca de 76.5% do total da Região. No emprego temos uma taxa de actividade superior à média regional.

Apenas para que fique simbolicamente visto, o desagregado orçamentado para S. Miguel corresponde tão só a cerca de 27% do total do investimento público previsto para a Região.

Desde 2000, que os micalenses esperam pelas obras nas estradas para o Nordeste. As Scuts foram prometidas em 2001, estamos no fim de 2006 e nada está feito. As acessibilidades terrestres em S. Miguel são estratégicas para o desenvolvimento e para o combate às assimetrias internas, mas foram abandonadas. No projecto das Scuts excluiu-se o Concelho da Povoação. Até a via alternativa à Ribeira Quente, prometida logo na sequência das trágicas cheias de 1997. Nada feito até hoje. A estrada regional, via Norte, de acesso à zona poente da ilha está degradada, perigosa e abandonada.

A insegurança rodoviária e a insegurança pública em S. Miguel é preocupante. As populações queixam-se, só o governo parece distraído.

O projecto “intervenção específica em Rabo de Peixe” tem sido, desde que foi pomposamente anunciado, uma falácia em matéria de execução. A execução média do período 2001/2004 não chegou a metade. Este ano, a execução de nove meses atinge os míseros 38%.

Mas à falta segurança, de obra e de betão, há ainda a acrescentar os níveis da qualidade de vida dos micaelenses.

A taxa de mortalidade em S. Miguel é de 18.9‰. Nos Açores é de 11‰. No Serviço Regional de Saúde, as camas por habitante em S. Miguel é 4.6, nos Açores é de 7.2.

A esperança média de vida à nascença na ilha de S. Miguel é a mais baixa dos Açores.

Em matéria de taxas de analfabetismo, é nos concelhos de S. Miguel onde se revelam os níveis médios superiores, quer no contexto regional, quer no contexto nacional.

São os Açores que têm no plano nacional a percentagem mais elevada do índice de pobreza segundo o rendimento. Infelizmente, é em S. Miguel que se podem encontrar das maiores bolsas de pobreza dos Açores.

S. Miguel reclama desenvolvimento e competitividade.

S. Miguel recusa o travão à velocidade do seu próprio potencial. Exige-se sentido estratégico no investimento público regional. Para os Açores exige-se estratégia para a promoção da sua coesão social e económica.

Disse!

O Deputado Regional

José Manuel Bolieiro